



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO SUPERIOR – DIREITO

EDITAL 001/2021 – Porto Xavier/RS

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO XAVIER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento n.º 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE:**

TORNAR PÚBLICO que estarão abertas as inscrições para o processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de Direito para atuarem na **Promotoria de Justiça de Porto Xavier:**

1. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PREVISTO

Cronograma de Atividades	Datas Previstas
Período de inscrições	13/12/2021 a 17/12/2021
Publicação da homologação das inscrições	14/01/2022
Aplicação das provas e realização de entrevistas com análise do histórico acadêmico	20/01/2022
Publicação do resultado e da classificação final	27/01/2022

1.1 Todas as instruções e avisos relativos ao presente processo seletivo serão divulgados por meio de Edital que estará afixado no mural na sede da Promotoria de Justiça de Porto Xavier, localizada na Rua Júlio de Castilhos, n.º 317 – Porto Xavier, RS.

1.2 As datas constantes no cronograma de atividades poderão ser modificadas mediante prévio aviso, por meio de Edital, disponibilizado no endereço mencionado no item anterior.

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1 Poderão participar do presente Processo Seletivo somente os alunos devidamente matriculados no curso de Ciências Jurídicas e Sociais/Direito de instituições de ensino devidamente conveniadas com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

2.1.1 A relação completa das instituições de ensino conveniadas encontra-se disponível no local de inscrições e no sítio do Ministério Público na internet (www.mprs.mp.br/concursos).

2.2 O candidato deverá estar devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, bem como possuir, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos de idade e estar cursando, **no máximo**, até o 8º semestre do curso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

3. DAS VAGAS

3.1 Este Processo Seletivo destina-se ao **provimento de 01 vaga**, bem como ao preenchimento de tantas vagas quantas forem abertas durante o prazo de validade da seleção (formação de cadastro de reserva para vagas que venham a surgir na vigência deste processo seletivo).

3.2 A carga horária do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, cumpridas nos turnos da manhã e tarde.

3.3 O valor a ser pago a título de bolsa-auxílio, por hora efetivamente comprovada, é de R\$ 6,41 (seis reais e quarenta e um centavos), acrescido de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, à razão de R\$ 20,60 (vinte reais e sessenta centavos), por dia de efetivo exercício do estágio, a serem pagos juntamente com a bolsa-auxílio do período.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições ao processo seletivo estarão abertas no período de **13 de dezembro de 2021 a 17 de dezembro de 2021 e serão realizadas, exclusivamente, na Promotoria de Justiça de Porto Xavier**, localizada na Rua Júlio de Castilhos, n.º 317 – Porto Xavier, RS, fone 055 3354-1296, **das 9h às 12h e das 13h às 18 horas**.

4.2 A inscrição será formalizada mediante a entrega de:

4.2.1 Formulário Padrão de Inscrição;

4.2.2 Cópia do documento oficial de identidade com foto.

4.3 Serão aceitas inscrições por procuração, sem a necessidade de reconhecimento de firma, assumindo o candidato total responsabilidade pelas informações prestadas pelo seu procurador.

4.4 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá declará-lo no Formulário Padrão de Inscrição, no espaço reservado para esse fim, para que sejam tomadas as providências necessárias com antecedência.

4.5 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico (e-mail) e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários.

4.6 A inscrição implicará conhecimento das normas regentes do presente certame e aceitação das regras e condições de sua realização.

5. DAS PROVAS

5.1 O processo seletivo será realizado, preferencialmente, na data constante no Cronograma de Atividades e será aplicado a todos os candidatos que tenham suas inscrições homologadas.

5.2 O processo seletivo será composto por **duas questões dissertativas**, de tema jurídico, nas quais serão avaliados o domínio do assunto proposto, a argumentação lógico-jurídica empregada e as aptidões de escrita do candidato, e **entrevista, na qual deverá ser**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

apresentado histórico acadêmico de disciplinas cursadas e respectivo aproveitamento, a ser obtido perante a Instituição de Ensino Superior em que matriculado o candidato, observando-se o seguinte:

Prova	Tipo	Número de questões	Valor da Questão	Total de pontos
Prova Dissertativa	Eliminatória	2	40	80
Entrevista	Classificatória	-	-	20

5.3 A prova dissertativa e a entrevista serão realizadas, preferencialmente, **no dia 20 de janeiro de 2022, às 13h30min**, na Promotoria de Justiça de Porto Xavier, localizada na Rua Júlio de Castilhos, n.º 317 – Porto Xavier, RS, aos candidatos cuja inscrição for homologada.

5.4 **O tempo de realização da prova dissertativa será de 03h (três horas)** e o candidato deverá apresentar-se com, no mínimo, **15 minutos de antecedência ao horário de início, portando comprovante de inscrição, documento oficial de identidade com foto, histórico acadêmico de disciplinas cursadas e respectivo aproveitamento, a ser obtido perante a Instituição de Ensino Superior em que matriculado e caneta esferográfica de tinta preta ou azul.** Outrossim, em virtude da pandemia do COVID-19, será obrigatório o uso de máscara para entrada no local de prova e durante sua realização.

5.5 Durante a realização da prova **não** será permitida consulta a obras de qualquer espécie, devendo o candidato depositar aparelhos eletrônicos, **devidamente desligados**, e materiais de consulta que eventualmente possua em embalagem a ser fornecida no local da prova, sob pena de eliminação.

5.6. **As questões dissertativas poderão versar sobre os seguintes temas:** *tratamento constitucional do Ministério Público previsto nos artigos 127 a 129 da Constituição Federal de 1988; disposições dos artigos 1º a 17 da Constituição Federal; disposições dos artigos 60 a 92 da Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais); disposições dos artigos 1º a 26 da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha); Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil); Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal); Decreto-Lei nº 3.689/1941 (Código de Processo Penal); Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).*

Observação: Serão consideradas as normas previstas nos diplomas legais referidos acima, atualizadas até a data de aplicação da prova.

5.7. As entrevistas serão realizadas logo após o término das provas dissertativas, na qual deverá ser apresentado pelo candidato o *histórico acadêmico de disciplinas cursadas e respectivo aproveitamento, a ser obtido perante a Instituição de Ensino Superior em que matriculado.*

6. DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO

6.1 Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem **aproveitamento igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos nas provas dissertativas.**

6.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos nas provas escritas e na entrevista.

6.3 Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato de maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

6.4 O resultado final do processo seletivo será divulgado no local indicado no item 1.1 na data prevista no Cronograma de Atividades.

7. DA CONVOCAÇÃO

7.1 A convocação será realizada por meio do e-mail informado pelo candidato no momento da inscrição, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação.

7.2 **O candidato convocado deverá comparecer no local informado no ato de convocação nos 05 (cinco) dias subsequentes à data de encaminhamento do e-mail de convocação mencionado no item anterior**, para manifestar seu interesse pela vaga. Após transcorrido esse prazo, o candidato será considerado desistente do processo seletivo.

7.3 No caso de o candidato convocado não atender ao disposto no item anterior ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

7.4 **É responsabilidade do candidato comunicar, por meio escrito, a alteração do endereço eletrônico (e-mail), sob pena de desclassificação do processo seletivo decorrente do não atendimento à convocação formulada por meio do citado endereço eletrônico.**

8. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

8.1 Para investidura no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o candidato deverá:

8.1.1 estar regularmente matriculado em instituição de ensino credenciada pelo Ministério Público;

8.1.2 possuir idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos;

8.1.3 apresentar certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, quando maior de 18 (dezoito) anos;

8.1.4 comprovar, por meio de atestado médico, a aptidão para o desempenho do estágio, conforme determina o art. 16 da Resolução n.º 42 do CNMP;

8.1.5 não ter esgotado o tempo máximo de estágio no âmbito do Ministério Público, no caso da readmissão de estudante;

8.1.6 não estar exercendo atividades relacionadas com a advocacia e com funções judiciárias e policiais, bem como atividades de juiz leigo e de conciliador dos Juizados Especiais;

8.1.7 inexistir impedimento por parte da instituição de ensino à prática do estágio curricular.

8.2 É vedada ao estagiário a realização de estágio sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Ministério Público ou a servidor investido em cargo de assessoramento, chefia e direção que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive.

9. DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

- 9.1 A aprovação não gera direito à contratação do candidato, podendo ser realizada, ou não, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade, a critério do responsável pelo processo seletivo, observada sempre a disponibilidade de vaga.
- 9.2 A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o estagiário e a instituição de ensino conveniada.
- 9.3 Documentos a serem apresentados para o ingresso no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:
- 9.3.1 *Formulário Cadastral, nos termos do modelo constante no ANEXO III do Provimento n.º 72/2009-PGJ-RS;*
 - 9.3.2 *atestados de matrícula e semestralidade, originais e atualizados, fornecidos pela instituição de ensino;*
 - 9.3.3 *documento original fornecido pela instituição de ensino, informando a relação das disciplinas matriculadas;*
 - 9.3.4 *Formulário de Declaração de Conta-corrente no Barrisul, nos termos do modelo apresentado no ANEXO IV do Provimento n.º 72/2009-PGJ-RS;*
 - 9.3.5 *certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, para estudante maior de 18 (dezoito) anos;*
 - 9.3.6 *fotocópia do documento oficial de identidade;*
 - 9.3.7 *fotocópia do CPF;*
 - 9.3.8 *Formulário de Declaração de Bens, nos termos do modelo constante no ANEXO V do Provimento n.º 72/2009-PGJ-RS;*
 - 9.3.9 *atestado médico que comprove a aptidão para a realização do estágio;*
 - 9.3.10 *uma (01) foto 3x4 recente;*
 - 9.3.11 *fotocópia do documento oficial de identidade do responsável legal, para estudante menor de 18 (dezoito) anos.*
- 9.4 Os documentos referidos nos itens "9.3.1", "9.3.2", "9.3.3", "9.3.4", "9.3.5", "9.3.8" e "9.3.9" somente serão aceitos se originais, sendo vedada a apresentação de documentos emitidos pela Internet, **salvo aqueles que possuam código de autenticidade eletrônica.**
- 9.5 Os documentos mencionados nos itens "9.3.1", "9.3.4" e "9.3.8" deverão ser firmados pelo responsável legal do estudante menor de 18 (dezoito) anos, cuja identificação será comprovada por meio do documento solicitado no item "9.3.11".
- 9.6 Os formulários citados no item 9.3 serão fornecidos pelo responsável pelo processo seletivo no momento da contratação.
- 9.7 A não apresentação de qualquer um dos documentos relacionados no item 9.3, a incompatibilidade destes com as informações prestadas no Formulário Padrão de Inscrição ou o não cumprimento dos requisitos previstos no item 8.1, levará à eliminação do candidato do processo seletivo.
- 9.8 Será considerado desistente o candidato convocado que não apresentar os documentos mencionados no item 9.3 no prazo de 05 (cinco) dias da manifestação do interesse pela vaga.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

9.9 Transcorrido o prazo estabelecido no item anterior, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

9.10 A convocação e o início do estágio não garantem a permanência do estagiário durante o prazo de dois anos, sendo aquela de conveniência do Promotor de Justiça responsável, que avaliará constantemente a *assiduidade*, a *produtividade* e o *grau de comprometimento* do estagiário, podendo dispensá-lo a qualquer tempo ou deixar de renovar o contrato.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

10.1 Este processo seletivo terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de divulgação do resultado final.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as instruções, convocações e avisos relativos ao presente processo seletivo.

11.2 A aprovação e a classificação nesse processo seletivo geram para o candidato apenas expectativa de direito à contratação.

11.3 Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento escrito dirigido ao responsável pelo processo seletivo.

Porto Xavier, 10 de dezembro de 2021.

Leandro Capaverde Pereira,
Promotor de Justiça, em substituição.